



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - COMPANHIA ABERTA • CNPJ 04.913.711/0001-08 • NIRE 1530000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro - CEP 66.010-000 - Belém-Pará



(b) Em 30 de dezembro de 2016 os valores registrados em credores diversos - país são compostos em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARA Mastercard pelo montante de R\$33.853 (R\$37.550 em 31.12.2015).

(c) Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente com embasamento nas opiniões de seus assessores jurídicos. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	31.12.2016	31.12.2015
Provável	35.278	10.365	2.961	48.604	29.688
Possível (ii)	57.468	-	-	57.468	50.001
TOTAL	92.746	10.365	2.961	106.072	79.689

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo e cuja realização seja provável, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações de ações	31.12.2016		31.12.2015	
	Quantidade judiciais (R\$)	Depósitos de ações	Quantidade Judiciais (R\$)	Depósitos
Cíveis (i)	1.551	18.465	1.368	20.055
Trabalhistas(ii)	255	4.535	158	2.707
Tributárias (iii)	17	21.633	18	20.948
Total	1.823	44.633	1.544	43.710

(i) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do

Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(ii) Processos trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. O valor mencionado com probabilidade de perda indicada como POSSÍVEL, tratam-se de ações civis públicas propostas contra o Banpará, pelo Sindicato dos Bancários do Pará e pela Associação dos Funcionários do Banpará - AFBPEPA, cujo objeto é descaracterização de diversas funções de confiança no Banpará, redução da jornada de trabalho para 6 horas, 7ª e 8ª horas como extra e reflexos legais, dentre outros pedidos correlatos - dos últimos 05 anos.

(iii) Obrigações tributárias - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de dezembro de 2016, são:

- CPMF: R\$2.896 (R\$2.516 em 31 de dezembro de 2015). Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- ITR: R\$65 (R\$80 em 31 de dezembro de 2015). Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os accertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do accertamento definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Movimentação das provisões:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do exercício	15.278	11.387	3.023	2.513	10.084	2.699
Atualização monetária	3.418	1.392	389	1.837	1.889	324
Constituições	32.944	83	-	15.694	1.435	-
Reversões	(13.857)	(257)	(451)	(4.467)	(539)	-
Pagamentos	(2.505)	(2.241)	-	(299)	(1.481)	-
No final do exercício	35.278	10.364	2.961	15.278	11.388	3.023

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

Acionista	31.12.2016 Quantidade	%	31.12.2015 Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%	9.519.433	99,9767%
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,0079%	755	0,0079%
Administradores	9	0,0001%	10	0,0001%
Demais Acionistas	1.452	0,0153%	1.451	0,0153%
Total	9.521.649	100,00%	9.521.649	100%

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANCO, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.442	2.207	9.521.649	0,232%

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2 Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banpará adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banpará distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo, distribuir dividendos intermediários ou intercalares.

Até o final do exercício de 2016 foi efetivamente pago a título de Juros sobre Capital Próprio o valor de R\$51.882. O valor referente ao primeiro trimestre de 2016 foi aprovado pelo conselho de administração em 04.04.2016 e efetivamente pago em 15.04.2016; e o segundo trimestre do mesmo ano foi efetivamente pago em 29.07.2016, conforme aprovação pelo conselho de administração do dia 13.07/2016. O valor referente ao terceiro trimestre de 2016 foi aprovado pelo conselho de administração em 05.10.2016 e efetivamente pago em 21.10.2016

14. Gestão de risco

No que diz respeito à gestão de riscos, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento das políticas de gestão de riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos do Banco. São acompanhados, mensurados e mitigados os seguintes riscos: Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. Objetivando tornar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas, foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

O Risco de Mercado origina-se da variação do valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. Para identificar e mensurar as posições que expõem a instituição ao risco de mercado, o BANPARA calcula diariamente o VaR (Value at Risk), por meio da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo é realizada trimestralmente pela técnica de Backtesting Tunneling, comparando as projeções com os resultados, pelo conceito de túnel (amostra 252 du). Para a validação do modelo é esperado que o percentual de erro não exceda 10%, ou seja, duas vezes o complemento do intervalo de confiança adotado (95%).

Análise de Sensibilidade:

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para sua trading e banking, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços e taxas de mercado e seu comportamento histórico.

O Banpará classifica seus ativos da seguinte forma:

- Classificados na carteira de negociação (trading): composto por recursos de tesouraria negociados com compromisso de revenda e de recompra, lastreados em Títulos Públicos Federais (TPF), aplicações em cotas de fundos de investimento, TPF, títulos privados não classificados na modalidade mantidos até o vencimento e Carteira de câmbio ativa (spot);
- Os ativos não classificados na carteira de negociação (banking): constituído por operações de crédito comercial mantidas até o vencimento, operações de captação de recursos e demais operações do Banco sujeitas ao risco de mercado; inclusive TPF e títulos privados não classificados em trading, serão classificadas como banking, desde que observados o nível de liquidez do papel. Os títulos públicos e privados de baixa liquidez como CVS, CRIs e CCBs serão normalmente classificados na carteira banking.

A análise de sensibilidade foi realizada segregadamente por carteira, no entanto existem operações acima que não fizeram parte do cálculo, pelo fato do indexador não gerar exposição ao risco de mercado ou porque obedece a limitadores estipulados na Política de Gestão de Risco de Mercado da instituição, a exemplo das operações em moedas estrangeiras (spot) e operações de financiamento à exportação.

Para subsidiar a análise foram considerados os cenários, conforme instrução da CVM nº 475/08:

Cenário 1 - Para a carteira Banking os choques foram determinados a partir da diferença dos vértices

252 du e 1 du (tanto para a curva da taxa Pré, como para curva taxa TR), para a curva Pré foi utilizado o choque de -2,09% e para curva TR 0,11%. Considerando o prazo das operações compromissadas, onde concentra-se o maior volume financeiro, os choques para carteira Trading foram definidos a partir da diferença entre a curva da taxa Pré 21 du e 1 du, o choque usado foi de -0,33%.